



Prova Escrita Objetiva e Discursiva – Nível Superior

ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA - ESPECIALIDADE - ANALISTA JURÍDICO

Tipo 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo oitenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas
- um caderno de respostas destinado à redação



TEMPO

- **5 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e elaboração do texto definitivo da redação
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

TEXTO 1 – O mito da maioria penal

Marcelo Freixo, O Globo, 02/04/2015

“Quando falo sobre redução da maioria penal, costumo dizer que a sociedade precisa decidir em que banco quer ver a juventude. Se no banco da escola ou no banco dos réus. Antontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a constitucionalidade da PEC que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos”.

1

O autor do texto 1 apela para algumas estratégias argumentativas; a estratégia identificada de forma correta e adequada ao texto é:

- (A) a criação de autoridade para os seus argumentos ao citar a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados;
- (B) o aumento da força de seus argumentos ao colocar as opiniões em primeira pessoa do singular;
- (C) o apelo à intimidação do leitor, antecipando os perigos sociais de uma parte delinquente de nossa juventude;
- (D) a utilização de um falso argumento “ou um ou outro”, ao dizer “no banco da escola ou no banco dos réus”;
- (E) o uso de argumento apoiado em pública autoridade ao indicar a preferência do Congresso Nacional pela redução da maioria penal.

2

Segundo o exposto no texto 1, depreende-se que o autor do texto:

- (A) apoia a decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara;
- (B) critica o sistema educacional, incapaz de manter as crianças na escola;
- (C) desaprova a redução da maioria penal de 18 para 16 anos;
- (D) lamenta afetivamente o encaminhamento de menores para a prisão;
- (E) aplaude a aprovação da constitucionalidade da PEC que reduz a maioria penal.

3

A charge abaixo, publicada no jornal O Dia (PI) em 1 de abril de 2015, produz humor apoiada numa figura de linguagem expressa graficamente, figura essa denominada:



- (A) metáfora;
- (B) metonímia;
- (C) hipérbole;
- (D) pleonasma;
- (E) catacrese.

4



A charge acima, do caricaturista Samuca, publicada no Diário de Pernambuco em 1 de abril de 2015, expõe um dos pontos de vista sobre a redução da maioria penal, que pode ser exposto na seguinte frase:

- (A) A infância abandonada pelos pais, que passam todo o dia fora de casa, acaba por cometer delitos que a levam para a cadeia;
- (B) O fato de muitas crianças trocarem a sala de aula pelo campo de futebol pode ser o início de uma vida na ilegalidade;
- (C) Crianças devem ser tratadas como tais e não serem passíveis de penas que atingem os adultos;
- (D) O futebol, como outros esportes, pode servir de caminho para que as crianças não ingressem no mundo do crime;
- (E) A redução da maioria penal não deve atingir as crianças muito pequenas, que devem ocupar seu tempo em estudo e divertimento.

5

“Se no banco da escola ou no banco dos réus. Anteontem, o Congresso Nacional sinalizou que prefere a segunda opção”.

A forma correta dos demonstrativos na substituição do termo sublinhado é:

- (A) esse/àquele;
- (B) este/àquele;
- (C) aquele a esse;
- (D) aquele a este;
- (E) esse a este.

6

A UOL Cotidiano lista uma série de razões contra e a favor da redução da maioridade penal; a razão abaixo que NÃO está adequadamente expressa contra a redução é:

- (A) a redução da maioridade penal fere uma das cláusulas pétreas (aquelas que não podem ser modificadas por congressistas) da Constituição de 1988;
- (B) a inclusão de jovens a partir de 16 anos no sistema prisional brasileiro não iria contribuir para a sua reinserção na sociedade;
- (C) a pressão para a redução da maioridade penal está baseada em dados estatísticos e não em casos isolados;
- (D) em vez de reduzir a maioridade penal, o governo deveria investir em educação e em políticas públicas para proteger os jovens e diminuir a vulnerabilidade deles ao crime;
- (E) a redução da maioridade penal iria afetar, preferencialmente, jovens negros, pobres e moradores de áreas periféricas do Brasil, na medida em que este é o perfil de boa parte da população carcerária brasileira.

7

Abaixo foram transcritos trechos de cartas de leitores de um jornal sobre a maioridade penal; a opção cujo posicionamento contraria especificamente uma afirmação do texto 1 é:

- (A) “Ser a favor ou contra a redução da maioridade penal é um direito inalienável de cada cidadão, mas, alegar que a redução de 18 para 16 anos colocará a nossa juventude no sistema prisional é o mesmo que confundir alhos com bugalhos”.
- (B) “O discurso contrário à redução da maioridade penal é o mesmo, assim como as justificativas para não adotá-la no país. Uma delas é a questão da precariedade do sistema penitenciário no Brasil”.
- (C) “Preocupante que a CCJ tenha dado aval para que a proposta de redução da menoridade penal seja discutida e até votada no Congresso Nacional”.
- (D) “Mandar adolescentes para a cadeia só irá piorar as coisas e aumentar ainda mais a violência e o crime na já conturbada sociedade brasileira”.
- (E) “Ninguém acredita que essa redução da maioridade penal irá resolver a questão da segurança pública. Apenas acreditamos que homicidas serão, realmente, punidos”.

8

Ao intitular o texto 1 como “O mito da maioridade penal” o autor do texto:

- (A) antecipa um posicionamento sobre o tema abordado;
- (B) mostra o tema como algo fora de época;
- (C) destaca o tema como algo importante;
- (D) considera o tema do ponto de vista literário;
- (E) condena a discussão do tema.

9

Em documento que circula pela Internet estão apontadas 18 razões para que não haja redução da maioridade penal; entre elas, a razão que se apoia em fator sem referência a valor ou desvalor intrínseco da redução é:

- (A) a redução em foco esbarra no fato de o sistema prisional brasileiro não suportar mais pessoas;
- (B) a redução da maioridade penal trata o efeito, mas não a causa;
- (C) a redução da maioridade penal não afasta os adolescentes do crime;
- (D) a redução pretendida afronta leis brasileiras e internacionais;
- (E) a redução almejada não respeita os direitos de crianças e adolescentes.

10

“O Brasil precisa alinhar a sua legislação à de países desenvolvidos como os Estados Unidos, onde, na maioria dos Estados, adolescentes acima de 12 anos de idade podem ser submetidos a processos judiciais da mesma forma que adultos”.

Sobre esse argumento, a afirmação correta é:

- (A) mostra opinião contrária à redução da maioridade penal;
- (B) indica a legislação de todos os estados americanos como parâmetro a ser seguido no Brasil;
- (C) destaca os países desenvolvidos como exemplos onde a redução da maioridade penal não foi adotada;
- (D) apela a um absurdo a fim de que a força de seu argumento seja intensificada;
- (E) aponta um país considerado superior ao Brasil onde já se aplica a redução da maioridade penal para que sirva de exemplo.

TEXTO 2 - O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica. Os poderes públicos, inclusive o Judiciário, estão em dívida com a sociedade por conta da inobservância do estatuto em sua integralidade.

Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (Aloysio Nunes Ferreira, *Época*).

11

Argumentativamente falando, as palavras do enunciador do texto 2:

- (A) condenam o ECA por seu excesso de benevolência;
- (B) aplaudem o Governo por suas medidas educativas;
- (C) criticam os poderes públicos por só aplicarem as leis estabelecidas pelo ECA;
- (D) apoiam o ECA, mas reconhecem limitações em alguns casos;
- (E) defendem incondicionalmente a redução da maioridade penal.

12

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2 há duas ocorrências sublinhadas do vocábulo “mesmo”; sobre essas ocorrências, é correto afirmar que:

- (A) ambas equivalem ao sentido de inclusão;
- (B) só a primeira ocorrência indica concessão;
- (C) só a segunda ocorrência indica concessão;
- (D) só a primeira ocorrência indica inclusão;
- (E) só a segunda ocorrência indica inclusão.

13

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”.

A inclusão de uma vírgula entre os dois segmentos (texto 2) faz supor a implícita existência de um conector entre eles; tal conector deveria representar:

- (A) uma concessão, como “ainda que”;
- (B) uma adversidade, como “porém”;
- (C) uma conclusão, como “logo”;
- (D) uma explicação, como “pois”;
- (E) uma proporcionalidade, como “à medida que”.

14

“O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa, ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção. Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

O adjetivo que, por sua tipologia, mostra um tipo diferente dos demais é:

- (A) ignorada;
- (B) previstas;
- (C) severas;
- (D) justa;
- (E) generosa.

15

A frase abaixo em que está ausente qualquer processo de intensificação de adjetivos é:

- (A) “O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, é uma lei bem justa e generosa”;
- (B) “...ainda largamente ignorada em suas medidas de proteção e promoção”;
- (C) “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência...”;
- (D) “...a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas”;
- (E) “...é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

16

“Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que (1) são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que (2) isso não se justifica”.

Nesse segmento do texto 2, o elemento que NÃO estabelece coesão formal com nenhum termo anterior é:

- (A) outras;
- (B) advertência;
- (C) que (1);
- (D) que (2);
- (E) isso.

17

“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Os termos que, se trocados de posição, acarretam modificação de sentido, são:

- (A) o único remédio / o remédio único;
- (B) população jovem / jovem população;
- (C) determinados casos / casos determinados;
- (D) punição mais eficaz / mais eficaz punição;
- (E) Estatuto da Criança e do Adolescente / Estatuto do Adolescente e da Criança.

18

Observe o gráfico a seguir e destaque a afirmação que se coaduna com os dados apresentados.



- (A) Países desenvolvidos apoiam a redução da maioridade penal;
- (B) A segurança se consegue com a retirada de elementos perigosos das ruas;
- (C) A lei brasileira é mais rígida que a de muitos outros países desenvolvidos;
- (D) As dúvidas sobre a idade ideal de responsabilidade penal é visível;
- (E) Países subdesenvolvidos pretendem ressocializar os delinquentes.

19

No texto 2 aparece o seguinte segmento: “Mesmo quanto às sanções previstas no estatuto, antes de se chegar à internação, há uma série de outras menos severas, como a advertência, a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, que são frequentemente ignoradas, passando-se diretamente à privação de liberdade, mesmo em casos em que isso não se justifica”.

Sobre as sanções previstas, a afirmação correta é:

- (A) as sanções estão dispostas, no texto, em ordem crescente de penalização;
- (B) a internação aparece como menos grave do que a privação de liberdade;
- (C) as sanções menos severas incluem a internação;
- (D) as sanções aparecem citadas em ordem decrescente de rigor;
- (E) as sanções citadas aparecem citadas aleatoriamente.

20

“Reconheço que a punição não é o único remédio para a violência cometida pelos jovens. Evidentemente, políticas sociais, educação, prevenção, assistência social são medidas que, se aplicadas no universo da população jovem, terão o condão, efetivamente, de reduzir a violência. Mas, em determinados casos, é preciso uma punição mais eficaz do que aquelas preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Nesse segmento do texto 2, o termo empregado em sentido conotativo (ou figurado) é:

- (A) punição;
- (B) remédio;
- (C) violência;
- (D) população;
- (E) Estatuto.

21

Entre as palavras abaixo, aquela que mostra uma formação distinta das demais é:

- (A) promoção;
- (B) proteção;
- (C) internação;
- (D) população;
- (E) prevenção.

22

Uma empresa de bebidas fez um pequeno texto publicitário em que dizia o seguinte:

DÊ,
MAIS,
PAUSAS,
NA,
SUA,
VIDA.

A afirmativa correta sobre a composição desse texto publicitário é:

- (A) a utilização do imperativo DÊ indica uma ordem do fabricante do produto;
- (B) a presença das vírgulas mostra um emprego conotativo da pontuação;
- (C) o conselho dado se refere prioritariamente à nossa vida monótona;
- (D) o emprego do ponto final contraria o restante da composição;
- (E) o público-alvo do anúncio é o grupo de pessoas que gostam de beber sem parar.



23

A charge acima foi publicada no mês de março de 2015, após um grande acidente aéreo, quando um copiloto foi acusado de ter jogado o avião contra montanhas, matando-se e matando mais de 100 passageiros; o tema referido por ela é:

- (A) a crítica à baixa frequência de passageiros em viagens internacionais;
- (B) o comentário negativo sobre a demora nas filas do check-in;
- (C) a alusão a problemas de saúde em tripulantes das companhias aéreas;
- (D) a ironia sobre a fuga de políticos envolvidos em casos de corrupção;
- (E) a referência ao excesso de trabalho dos tripulantes de viagens internacionais.

24

Na grafia da fala do personagem da charge há a utilização de sinais de pontuação e de sinais gráficos; a afirmativa correta sobre a presença desses sinais é:

- (A) a presença de vocativos (casamento, filhos, saúde) obriga o uso de vírgulas;
- (B) as reticências ao final mostram que o personagem pensava dizer algo mais;
- (C) as reticências ao início indicam uma reflexão prévia do tripulante;
- (D) as vírgulas após os substantivos mostram a omissão de formas verbais;
- (E) os pontos de exclamação indicam surpresa diante das perguntas do turista.

Conhecimentos Específicos

25

Em matéria de classificação dos serviços públicos, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, é correto afirmar que serviços:

- (A) econômicos são aqueles que o Estado executa para atender aos reclamos sociais básicos e representam serviços assistenciais e protetivos, como serviço de assistência médica e hospitalar;
- (B) singulares (*uti singuli*) são aqueles cujos destinatários não podem ser individualizados, sendo imensurável a utilização por cada um dos indivíduos, como a coleta de lixo;
- (C) administrativos são aqueles que o Estado executa para compor melhor a organização dos interesses particulares, fomentando a iniciativa privada para maior arrecadação tributária e oferta de empregos;
- (D) coletivos (*uti universi*) são aqueles prestados a grupamentos indeterminados de indivíduos, de acordo com as opções e prioridades da Administração, e em conformidade com os recursos de que disponha, como a iluminação pública;
- (E) delegáveis são aqueles que, por sua natureza ou pelo fato de assim dispor o ordenamento jurídico, somente podem ser executados diretamente pelo poder público, como os serviços de defesa nacional.

26

Funcionário da área técnica de sociedade empresária concessionária de serviço público de telefonia móvel realizava concerto em uma antena instalada em torre de telefonia celular, quando deixou uma ferramenta cair da altura de quinze metros. O material atingiu o veículo de Alberto, que estava regularmente estacionado em via pública. Visando à obtenção de indenização pelos danos sofridos, Alberto buscou assistência jurídica na Defensoria Pública, oportunidade em que lhe foi informado que incide a responsabilidade civil:

- (A) subjetiva do poder concedente, que responde diretamente pelos danos causados pela empresa concessionária, independentemente da comprovação do dolo ou culpa do agente;
- (B) subjetiva da concessionária, que responde pelos danos causados por seu agente, independentemente da comprovação de seu dolo ou culpa;
- (C) objetiva do poder concedente, que responde diretamente pelos danos causados pela empresa concessionária, caso se comprove dolo ou culpa do agente causador do dano;
- (D) objetiva da concessionária, que responde pelos danos causados por seu agente, independentemente da comprovação de seu dolo ou culpa;
- (E) solidária e subjetiva do poder concedente e da concessionária, que respondem conjuntamente pelos danos causados pelo agente, independentemente da comprovação de seu dolo ou culpa.

27

Renan, servidor público estadual ocupante do cargo efetivo de Analista Jurídico da Defensoria Pública de Rondônia, elegeu-se Deputado Estadual. Com base na Constituição da República, Renan:

- (A) terá que requerer exoneração de seu cargo efetivo para poder assumir o cargo eletivo;
- (B) se houver compatibilidade de horário, poderá acumular as funções e perceberá as vantagens de ambos os cargos;
- (C) ficará afastado de seu cargo efetivo, auferindo tão somente a remuneração do cargo eletivo;
- (D) ficará licenciado de seu cargo efetivo, auferindo a remuneração de ambos os cargos;
- (E) se houver compatibilidade de horário, poderá acumular ambos os cargos, mas terá que escolher a remuneração de um deles.

28

Fernando, servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, requereu sua remoção para outro departamento no dia 01/02/15. A autoridade competente deferiu seu pleito, com efeitos a partir do dia 01/05/15. Ocorre que, no dia 01/04/15, com base em estudos estratégicos complementares, a mesma autoridade revogou tal ato, alegando excesso de pessoal no departamento de destino e carência no órgão de origem. Inconformado, Fernando impetrou mandado de segurança, pretendendo concretizar sua remoção. No caso em tela, ao servidor Fernando:

- (A) assiste razão, porque o Judiciário pode, em regra, revogar os atos administrativos inoportunos, mediante o controle de seu mérito;
- (B) assiste razão, porque a revogação da remoção é um ato administrativo vinculado que somente pode ser anulado pelo Poder Judiciário;
- (C) não assiste razão, porque a revogação da remoção é um ato administrativo vinculado que somente pode ser anulado pelo próprio Administrador;
- (D) não assiste razão, porque, pelo atributo da discricionariedade, o Administrador e o Poder Judiciário podem rever o ato administrativo e anulá-lo caso seja inoportuno;
- (E) não assiste razão, porque, pelo atributo da autotutela, o Administrador pode rever seu próprio ato discricionário e revogá-lo caso seja inoportuno.

29

Marcelo exerceu cargo em comissão de Assessor Executivo em determinado Município do Estado de Rondônia, de janeiro a dezembro de 2009. Em abril de 2015, o Ministério Público Estadual ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa imputando a Marcelo a prática de conduta que, em tese, atentou contra princípios da administração pública e frustrou a licitude de concurso público, sem, contudo, ter causado dano ao erário. Por estar desempregado desde sua exoneração e em situação de hipossuficiência econômica, Marcelo buscou auxílio jurídico na Defensoria Pública. Na defesa prévia do assistido, dentre outros argumentos, o Defensor Público alegou corretamente que, de acordo com a Lei nº 8.429/92:

- (A) já ocorreu prescrição da pretensão autoral, pois a ação deveria ter sido proposta no prazo de até cinco anos após o término do exercício do cargo em comissão;
- (B) já ocorreu prescrição da pretensão autoral, pois a ação deveria ter sido proposta no prazo de até dois anos após o término do exercício do cargo em comissão;
- (C) apesar de ser imprescritível a pretensão autoral, o réu não possui legitimidade *ad causam* para figurar no polo passivo, porque atualmente não exerce qualquer função pública;
- (D) apesar de ser imprescritível a pretensão autoral, o réu não possui legitimidade *ad causam* para figurar no polo passivo, porque não era agente político, mas mero ocupante de cargo em comissão à época dos fatos;
- (E) já ocorreu prescrição da pretensão autoral, pois a ação deveria ter sido proposta no prazo de até dois anos após o término do exercício do cargo em comissão, e que o réu não possui legitimidade *ad causam* para figurar no polo passivo.

30

Com o objetivo de atender ao princípio da eficiência da Administração Pública e melhor capacitar seu quadro de pessoal, a Defensoria Pública do Estado de Rondônia pretende contratar determinada sociedade empresária de notória especialização para prestar serviços técnicos de natureza singular de treinamento e aperfeiçoamento de seu pessoal. O valor global do contrato é de trezentos mil reais e está de acordo com o preço de mercado. Na hipótese em tela, incide:

- (A) a dispensa de licitação, pela inviabilidade de competição;
- (B) a inexigibilidade de licitação, pela inviabilidade de competição;
- (C) necessariamente a realização de prévia licitação, na modalidade concorrência;
- (D) necessariamente a realização de prévia licitação, na modalidade tomada de preços;
- (E) necessariamente a realização de prévia licitação, na modalidade convite.

31

O Congresso Nacional e o Tribunal de Contas, no exercício de suas competências constitucionais, devem adotar providências para evitar que certos atos do Poder Executivo possam redundar em despesas à margem da juridicidade. A esse respeito, é correto afirmar que a sustação de contratos considerados ilegais pode ser realizada pelo:

- (A) Tribunal de Contas, tão logo tenha conhecimento de sua existência;
- (B) Congresso Nacional, caso a ilegalidade detectada pelo Tribunal de Contas não seja sanada, pelo órgão ou entidade, no prazo estabelecido;
- (C) Tribunal de Contas, caso a ilegalidade detectada não seja sanada, pelo órgão ou entidade, após o prazo de 5 (cinco) dias;
- (D) Congresso Nacional, mas somente quando julgar as contas anualmente prestadas pelo Chefe do Poder Executivo, após parecer prévio do Tribunal de Contas;
- (E) Tribunal de Contas, mas somente quando apreciar as contas de governo anualmente apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo.

32

Determinado Defensor Público, irrisignado com certa decisão proferida em última instância, considerou a possibilidade de interposição de recurso extraordinário. Esse recurso é cabível caso a decisão:

- (A) diga respeito ao processamento de precatórios;
- (B) tenha deferido medida liminar;
- (C) contrarie tratado ou lei federal;
- (D) julgue válida lei local contestada em face de lei federal;
- (E) julgue válido ato de governo local contestado em face de lei federal.

33

Determinada Constituição Estadual, com o objetivo declarado de preservar a simetria com a Constituição da República, definiu a tipologia de infrações político-administrativas denominadas crimes de responsabilidade, a que estariam sujeitos o Governador e o Vice-Governador do Estado, bem como o Prefeito e o Vice-Prefeito Municipal. No caso de condenação, a sanção seria a perda do cargo e a inabilitação para o exercício de outra função pública por oito anos. É correto afirmar que comando dessa natureza é:

- (A) totalmente inconstitucional, por violar a competência privativa da União para legislar sobre direito penal;
- (B) parcialmente inconstitucional, pois a Constituição Estadual feriu a autonomia dos Municípios ao definir os crimes de responsabilidade do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal;
- (C) totalmente inconstitucional, por violar a competência privativa da União para legislar sobre direito político e administrativo;
- (D) constitucional, pois a Constituição Estadual pode dispor livremente sobre as matérias afetas ao Estado e aos Municípios inseridos em seu território;
- (E) parcialmente inconstitucional, pois a Constituição Estadual não poderia dispor sobre a situação do Governador e do seu Vice, cuja responsabilidade é regida pela Constituição da República.

34

Pedro e Ernesto, renomados advogados, travaram um intenso debate a respeito das garantias constitucionais do direito adquirido e do ato jurídico perfeito. Por fim, convergiram a respeito da constitucionalidade de uma única tese, dentre as inúmeras que haviam sido debatidas, qual seja:

- (A) no momento em que o servidor público toma posse no cargo, surge o direito adquirido ao regime jurídico então vigente, de modo que as alterações posteriores não podem alcançá-lo;
- (B) a ordem de vocação hereditária deve observar as normas vigentes à época da abertura do inventário, não podendo ser invocada a lei anterior, vigente à época do óbito;
- (C) a garantia do direito adquirido, enquanto projeção direta da dignidade humana, é oponível ao próprio Constituinte originário;
- (D) o preenchimento dos requisitos para a aposentadoria faz surgir o direito adquirido, ainda que o requerimento seja formulado após a vigência da lei que os modificou;
- (E) os efeitos futuros de contrato celebrado sob a égide da lei anterior devem ser regidos pela lei vigente à época em que se projetem na realidade.

35

À luz da competência originária do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar “a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual”, conforme dispõe o art. 102, I, a, da Constituição da República, pode-se afirmar que:

- (A) cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal;
- (B) o princípio da segurança jurídica impede que ação direta de inconstitucionalidade seja ajuizada quando a longa vigência da lei gerou a estabilização das relações jurídicas;
- (C) nenhuma lei do Distrito Federal pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade;
- (D) somente os atos normativos que possuam os atributos da imperatividade, da generalidade e da abstração podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade;
- (E) quando houver uma controvérsia constitucional em abstrato, a lei, independente de sua natureza genérica ou abstrata, pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.

36

Determinado Deputado Estadual, sensibilizado com a situação dos servidores públicos do Poder Executivo, que há anos não recebiam qualquer aumento salarial, decidiu elaborar um projeto de lei a respeito dessa temática. O projeto, considerando a precária situação financeira do Estado, repôs as perdas decorrentes da inflação e concedeu um aumento real de apenas 0,5% (meio por cento). O projeto, que contou com amplo apoio da população, foi aprovado pela Assembleia Legislativa e, ao final, sancionado pelo Governador. A partir dessa narrativa, é correto afirmar que a lei decorrente desse processo legislativo é:

- (A) constitucional, pois compete ao Estado legislar sobre os respectivos servidores públicos;
- (B) inconstitucional, pois a matéria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, não sendo o vício sanado pela sanção;
- (C) constitucional, desde que o reajuste fornecido aos servidores estaduais não supere aquele concedido aos servidores da União;
- (D) inconstitucional, pois a matéria é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Legislativo e a sanção não supriu o vício;
- (E) constitucional, desde que a Constituição Estadual tenha reconhecido a iniciativa legislativa dos Deputados Estaduais nessa matéria.

37

Virgílio emprestou a quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a Eduardo. Sete meses após o vencimento da dívida, Eduardo ainda não havia efetuado o pagamento, ocasião na qual Virgílio veio a falecer por força de um infarto, deixando dois filhos maiores de idade.

É correto afirmar que o prazo prescricional:

- (A) sequer começou a correr;
- (B) foi suspenso em decorrência do falecimento de Virgílio;
- (C) foi interrompido em decorrência do falecimento de Virgílio;
- (D) continuou correndo contra os dois filhos de Virgílio;
- (E) converteu-se em prazo decadencial em virtude da morte de Virgílio.

38

Flávia, trinta e dois anos de idade, foi interdita como relativamente incapaz em virtude de problemas intermitentes de coordenação de suas faculdades psíquicas. Não obstante a interdição, Flávia, sem a participação de seu curador, vendeu seu automóvel por um preço sete por cento acima do valor de mercado.

Pode-se afirmar que a venda em questão é:

- (A) nula de pleno direito;
- (B) inexistente;
- (C) anulável;
- (D) perfeitamente válida;
- (E) condicional.

39

Fernanda celebrou contrato de conta corrente com determinada entidade bancária. Ao receber o instrumento do contrato ao qual aderiu, percebeu algumas ambiguidades e contradições em determinadas cláusulas relativas às tarifas bancárias.

É correto afirmar, nesse caso, que:

- (A) as mencionadas cláusulas contratuais devem ser interpretadas mais favoravelmente a Fernanda;
- (B) as mencionadas cláusulas contratuais devem ser interpretadas mais favoravelmente à entidade bancária;
- (C) o contrato é nulo;
- (D) o contrato é juridicamente inexistente;
- (E) as mencionadas cláusulas contratuais serão nulas de pleno direito.

40

Valéria, dezoito anos de idade, insatisfeita com seu nome civil, ajuizou ação pleiteando a alteração de seu prenome para Andréia. É correto afirmar que sua pretensão:

- (A) alcançará êxito, já que o nome civil pode ser alterado a qualquer tempo pelo seu titular;
- (B) alcançará êxito, já que o nome civil pode ser alterado, desde que seu titular tenha plena capacidade civil;
- (C) não alcançará êxito, já que o nome civil somente pode ser alterado após completados os vinte e cinco anos de idade de seu titular;
- (D) não alcançará êxito, já que o nome civil é irrenunciável, somente podendo ser alterado em algumas hipóteses legais;
- (E) não alcançará êxito, já que o nome civil não pode ser alterado em hipótese alguma.

41

Vivian, dezesseis anos de idade, contraiu matrimônio com Eduardo, mediante autorização expressa de seus pais.

É correto afirmar que, em decorrência exclusiva do casamento, Vivian:

- (A) passa a ser civilmente responsável pelos danos que vier a causar a terceiro;
- (B) permanece relativamente incapaz, adquirindo a plena capacidade tão somente quando completar dezoito anos de idade;
- (C) torna-se plenamente capaz para a prática dos atos civis, em decorrência da emancipação;
- (D) equipara-se a uma pessoa de dezoito anos de idade, passando a exercer todos os direitos e a arcar com todos os deveres de uma pessoa dessa idade;
- (E) permanece relativamente incapaz, adquirindo a plena capacidade tão somente quando completar vinte e um anos de idade.

42

Após o falecimento de Ambrósio, diversas declarações difamatórias e caluniosas foram feitas em relação a ele, inclusive com publicação em periódico de grande circulação.

Considerando que Ambrósio deixou esposa, dois filhos e um irmão, é correto afirmar que:

- (A) não é viável o ajuizamento de medida visando cessar ameaça ou lesão a direito da personalidade posteriormente à morte da pessoa;
- (B) apenas o cônjuge sobrevivente tem legitimação para ajuizamento de medida visando cessar ameaça ou lesão a direito da personalidade posteriormente à morte da pessoa;
- (C) apenas os filhos têm legitimação para o ajuizamento de medida visando cessar ameaça ou lesão a direito da personalidade posteriormente à morte da pessoa;
- (D) apenas o cônjuge sobrevivente e os filhos têm legitimação para o ajuizamento de medida visando cessar ameaça ou lesão a direito da personalidade posteriormente à morte da pessoa;
- (E) o cônjuge sobrevivente, os filhos e o irmão têm legitimação para o ajuizamento de medida visando cessar ameaça ou lesão a direito da personalidade posteriormente à morte da pessoa.

43

Em decorrência de uma falha de informação, foi publicada matéria inverídica em periódico do grupo de publicidade O MOMENTO S/A, a respeito da escola de ensino médio EDUCANTE LTDA, sobre hipóteses de tráfico de entorpecentes no estabelecimento de ensino, envolvendo professores, funcionários e alunos da escola.

Ajuizada ação de responsabilidade civil pela entidade de ensino, é correto afirmar que:

- (A) é viável o êxito na condenação de indenização por danos materiais e morais;
- (B) é viável o êxito na condenação de indenização apenas por danos materiais;
- (C) é viável o êxito na condenação de indenização apenas por danos morais;
- (D) não é viável o êxito na condenação por qualquer indenização, por se tratar de escola;
- (E) não é viável o êxito na condenação por qualquer indenização, em virtude da liberdade de imprensa.

44

Nos autos de uma ação indenizatória, o juiz da causa proferiu sentença em que julgava procedente o pleito autoral. Inconformado, o réu interpôs o recurso cabível, ao qual o órgão *ad quem*, por maioria de votos, deu provimento, para reconhecer o vício da carência de ação, diante da ilegitimidade ativa *ad causam*. Para fins de impugnação deste acórdão, será cabível, em tese:

- (A) o agravo interno;
- (B) o mandado de segurança;
- (C) o recurso especial;
- (D) o recurso ordinário-constitucional;
- (E) o recurso de embargos infringentes.

45

Na ação de usucapião, o litisconsórcio que se estabelece entre a pessoa em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo e os proprietários dos imóveis que lhe sejam confinantes deve ser classificado como:

- (A) passivo, necessário e simples;
- (B) passivo, necessário e unitário;
- (C) ativo, facultativo e simples;
- (D) passivo, facultativo e unitário;
- (E) ativo, facultativo e unitário.

46

No que se refere ao mandado de segurança, é correto afirmar que:

- (A) visa a tutelar direito líquido e certo, compreendido como tal aquele que decorre de fatos demonstráveis através de prova documental, pericial ou oral;
- (B) é via adequada para fins de impugnação de decisão judicial já transitada em julgado, desde que esta tenha sido proferida em flagrante violação à lei;
- (C) a sentença que acolhe o pedido, além de sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, é impugnável por meio de recurso de apelação, que pode ser interposto apenas pela pessoa jurídica de direito público em cujos quadros figure a autoridade impetrada;
- (D) a concessão da ordem pode dar azo à instauração de execução por quantia certa, abrangendo vantagens pecuniárias devidas ao impetrante e vencidas desde a data do ajuizamento da petição inicial;
- (E) a sua propositura deve ocorrer no prazo de cem dias, a partir da ciência, pelo impetrante, do ato estatal impugnado.

47

Credor de uma obrigação pecuniária dotada de certeza e liquidez, constatando que o devedor caiu em insolvência e vem tentando alienar os seus bens, ajuíza ação cautelar de arresto. Regularmente citado, o requerido, entre outros argumentos veiculados em sua peça contestatória, suscitou a ocorrência do fenômeno da prescrição, a fulminar o próprio direito subjetivo de crédito referido na petição inicial. O juiz, ao julgar o processo cautelar, acolheu tal alegação defensiva, sem que tivesse sido interposto o recurso cabível no prazo legal. Vindo o requerente do arresto, pouco tempo depois, a propor a ação de execução por quantia certa, deve o juiz:

- (A) indeferir de plano a petição inicial, diante do óbice da coisa julgada material;
- (B) indeferir de plano a petição inicial, diante do óbice da litispendência;
- (C) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda executiva, já que a sentença que decidiu o precedente feito cautelar não é apta a ensejar a formação da coisa julgada material;
- (D) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda executiva, desde que a petição inicial tenha sido instruída com prova nova;
- (E) suspender o curso do processo de execução, até que o demandante pleiteie e obtenha, pela via própria, a rescisão da sentença proferida no feito cautelar.

48

Tendo a parte autora formulado em sua petição inicial pleito de cobrança de duas obrigações, derivadas de contratos distintos, está-se diante de uma hipótese de cumulação:

- (A) alternativa de pedidos;
- (B) simples de pedidos;
- (C) sucessiva de pedidos;
- (D) eventual de pedidos;
- (E) ulterior de pedidos.

49

Encerrada a fase instrutória nos autos de ação de alimentos proposta por menor em face de seu genitor, o juiz proferiu sentença em que acolhia o pleito autoral. Inconformado, o demandado interpôs recurso de apelação, que foi recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Discordando dessa decisão, por entender que o apelo da parte ré não poderia ser dotado de efeito suspensivo, deve o autor:

- (A) interpor agravo de instrumento, ao qual deverá ser negado provimento;
- (B) interpor agravo de instrumento, ao qual deverá ser dado provimento;
- (C) interpor agravo retido, ao qual deverá ser dado provimento;
- (D) interpor agravo retido, ao qual deverá ser negado provimento;
- (E) ajuizar mandado de segurança, por se tratar de decisão irrecorrível.

50

No que concerne aos interditos possessórios, é INCORRETO afirmar que:

- (A) o ajuizamento de uma ação possessória, em vez de outra que seria realmente a cabível, não configura óbice à resolução do *meritum causae*;
- (B) ao pleito de tutela possessória pode ser cumulado o de ressarcimento dos danos sofridos em razão do esbulho perpetrado;
- (C) em se tratando de ação possessória de força nova, o seu autor pode requerer a concessão de medida liminar, a qual assume a natureza de tutela antecipatória de mérito;
- (D) a ação deve ser proposta no foro de situação do imóvel objeto da lide, sob pena de gerar o vício de incompetência absoluta;
- (E) o réu, caso entenda ter tido a sua posse turbada ou esbulhada pelo autor, pode pleitear a tutela possessória em seu favor no mesmo processo, desde que se valha da reconvenção.

51

Guilherme, funcionário público do Tribunal de Justiça, ao ir embora de seu trabalho, esqueceu a porta do cofre onde era guardada parte do dinheiro da administração aberta. Valendo-se desse descuido, Matheus, também funcionário público da repartição, subtraiu R\$ 5.000,00 do cofre. As câmeras de segurança flagraram todo o fato, sendo Guilherme denunciado pela prática do crime de peculato culposo e Matheus por peculato doloso. Após o recebimento da denúncia, mas antes da sentença, Guilherme procura a Presidência do Tribunal e restitui o valor subtraído. Considerando essas informações, é correto afirmar que a reparação do dano:

- (A) funcionará como arrependimento posterior de Guilherme, gerando causa de diminuição de pena apenas para ele;
- (B) em que pese não funcione como arrependimento posterior por ser posterior à denúncia, no peculato culposo funcionará como causa de diminuição de pena;
- (C) funcionará como arrependimento posterior de Guilherme, mas se estenderá para Matheus, funcionando como causa de diminuição de pena para ambos;
- (D) funcionará como causa de extinção da punibilidade apenas em relação a Guilherme;
- (E) como foi posterior ao recebimento da denúncia, não gera qualquer consequência penal.

52

Carlos, primário e de bons antecedentes, subtraiu, para si, uma mini barra de chocolate avaliada em R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos). Denunciado pela prática do crime de furto, o defensor público em atuação, em sede de defesa prévia, requereu a absolvição sumária de Carlos com base no princípio da insignificância. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, o princípio da insignificância:

- (A) funciona como causa supralegal de exclusão de ilicitude;
- (B) afasta a tipicidade do fato;
- (C) funciona como causa supralegal de exclusão da culpabilidade;
- (D) não pode ser adotado, por não ser previsto em nosso ordenamento jurídico;
- (E) funciona como causa legal de exclusão da culpabilidade.

53

Joana foi para a festa de aniversário de sua melhor amiga em uma boate e, feliz pela comemoração, passou a ingerir bebida alcoólica em quantidade exagerada. Ao final da festa, Joana estava completamente alcoolizada, apesar de ela não ter tido intenção de ficar nesse estado. Saindo da boate, deparou-se com sua inimiga Gabriela e, alterada pela bebida, jogou um copo de vidro na cabeça desta, causando-lhe lesões graves. Diante dessa situação, considerando apenas os fatos narrados e que esses foram provados, é correto afirmar que Joana:

- (A) deverá ser absolvida impropriamente, com aplicação de medida de segurança, pois estava inimputável no momento dos fatos;
- (B) deverá ser condenada, pois houve embriaguez voluntária e apenas a embriaguez culposa exclui a imputabilidade;
- (C) deverá ser condenada, pois a embriaguez culposa não exclui a imputabilidade;
- (D) deverá ser absolvida, pois houve embriaguez completa e decorrente de caso fortuito ou força maior;
- (E) deverá ser absolvida por ausência de culpabilidade, sem aplicação de medida de segurança, já que a inimputabilidade era apenas momentânea.

54

José, nascido em 12.12.1990, foi denunciado pela prática de dois crimes de apropriação indébita simples, cuja pena em abstrato prevista é de reclusão de 01 a 04 anos e multa, em continuidade delitiva, por fatos ocorridos em 04.04.2010 e 10.04.2010. A denúncia foi recebida em 07.04.2015, sendo o réu imediatamente citado.

Nessa situação, é correto afirmar que:

- (A) a prescrição da pretensão punitiva do Estado pela pena em abstrato ocorrerá em 06.04.2023;
- (B) a punibilidade do réu deve ser extinta pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva pela pena ideal;
- (C) a prescrição da pretensão punitiva do Estado pela pena em abstrato ocorrerá em 06.04.2027;
- (D) a prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato somente ocorrerá em 06.04.2019;
- (E) a punibilidade do réu deve ser imediatamente extinta pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato.

55

Lucas propôs queixa-crime, através de advogado particular com procuração com poderes especiais, em face de Gomes, pela prática do crime de injúria simples perante o juízo competente, qual seja, o Juizado Especial Criminal. O magistrado, porém, rejeitou a queixa por entender que não existia justa causa para prosseguimento do feito. Dessa decisão, havendo interesse, caberá à defesa técnica de Lucas interpor:

- (A) apelação, no prazo de 10 dias;
- (B) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias;
- (C) apelação, no prazo de 05 dias;
- (D) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias;
- (E) apelação, no prazo de 15 dias.

56

Péricles foi denunciado pela prática de crime de homicídio qualificado consumado. Realizado exame de sanidade mental a requerimento da defesa, ainda na primeira fase do procedimento bifásico dos crimes dolosos contra a vida, foi constatada sua total incapacidade para entender o caráter ilícito de sua conduta no momento dos fatos que justificaram o início da ação penal, situação essa que permanece atualmente. Quando ouvido na Delegacia, Péricles confirmou os fatos, de modo que a única tese defensiva é a inimputabilidade do agente.

Nesse caso, é correto afirmar que Péricles:

- (A) não poderá ser absolvido sumariamente, pois não cabe absolvição sumária no procedimento do Tribunal do Júri;
- (B) poderá ser absolvido sumariamente, com aplicação de medida de segurança;
- (C) não poderá ser absolvido sumariamente, pois a inimputabilidade nunca é causa de absolvição sumária;
- (D) poderá ser absolvido sumariamente, sendo incabível, porém, aplicação de medida de segurança;
- (E) não poderá ser absolvido sumariamente, pois a absolvição sumária somente poderá ocorrer após a pronúncia, ainda que antes da sessão plenária.

57

Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, essa representação tradicionalmente é classificada pela doutrina como condição especial para o regular exercício do direito de ação. Sobre a representação e sua relação com as ações públicas condicionadas, é correto afirmar que:

- (A) salvo disposição em contrário, o ofendido ou seu representante decairá do direito de representação no prazo de seis meses, contados do dia em que o fato ocorreu;
- (B) a representação do ofendido vincula o Ministério Público, que necessariamente terá que oferecer denúncia;
- (C) a ausência de representação do ofendido não impede o oferecimento de denúncia, podendo a omissão ser suprida a qualquer tempo antes da sentença final;
- (D) como regra, a representação independe de formalidades prescritas em lei, cabendo retratação até o momento de ser proferida a sentença;
- (E) ainda que tenha ocorrido a retratação do direito de representação, o ofendido poderá oferecer nova representação, desde que respeitado o prazo decadencial.

58

Claudio, com 17 anos de idade, foi apreendido em flagrante quando praticava ato infracional análogo ao crime previsto no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, trazendo consigo, com a finalidade de traficar entorpecentes, cerca de 48 gramas de *cannabis sativa*, vulgarmente conhecida como maconha, prensada e acondicionada em vinte e um invólucros de plástico transparente. Com o adolescente foi ainda arrecadada a quantia de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) em espécie. A sentença julgou procedente a representação do Ministério Público, aplicando ao adolescente a medida socioeducativa de semiliberdade, com base no artigo 112, V, combinado com o artigo 120, ambos da Lei nº 8.069/90. Apela o Defensor Público do adolescente alegando a nulidade do processo, considerando que o menor foi ouvido informalmente pelo membro do Ministério Público sem a presença da defesa técnica.

A partir desses dados, é correto afirmar que:

- (A) o processo é nulo, pois a presença de defesa técnica durante a oitiva do menor, seja perante que autoridade for, é exigência legal;
- (B) considerando que a oitiva prévia do menor pelo Ministério Público é obrigatória, exige a lei, em respeito ao princípio do contraditório, que o adolescente esteja acompanhado de seu defensor;
- (C) os princípios da ampla defesa e do contraditório não de ser observados na fase anterior à formação da relação jurídico-processual, sob pena de nulidade de todo o processo;
- (D) o representante do Ministério Público não pode ouvir o adolescente antes de instaurada a relação jurídico-processual;
- (E) o Estatuto da Criança e do Adolescente não prevê qualquer participação do defensor (dativo ou constituído) para acompanhamento do interrogatório efetuado pelo membro do Ministério Público, já que possui natureza informal.

59

Recorre a defesa de adolescente infrator contra a remissão proposta pelo membro do Ministério Público cumulada com a aplicação da medida socioeducativa de advertência e protetiva de verificação de matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento de ensino, nos termos do artigo 126 e inciso III do artigo 180, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Cumpre informar que a remissão foi homologada pelo magistrado de primeiro grau competente, o qual também aplicou as medidas socioeducativa e protetiva. Alega a defesa a impossibilidade de se cumular remissão e aplicação de medidas socioeducativas de caráter pedagógico. Considerando os dados fornecidos pelo problema, é correto afirmar que:

- (A) a remissão oferecida pelo membro do Ministério Público tem caráter processual;
- (B) a remissão oferecida pelo Ministério Público prescinde de apreciação pelo Poder Judiciário;
- (C) a remissão prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente deve ser aplicada na fase de sentença;
- (D) a remissão do Estatuto Menorista prescinde de comprovação da materialidade e da autoria do ato infracional;
- (E) a cumulação de remissão com aplicação de medidas socioeducativas de caráter pedagógico, ante a ausência de disposição legal nesta direção, é inconstitucional.

60

Flávio, adolescente com 15 anos de idade, foi flagrado cometendo ato infracional análogo ao crime de roubo. Considerando as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, quando verificada a prática de ato infracional por adolescente, poderá ser aplicada a seguinte medida:

- (A) apreensão do menor, observado que o regime de semiliberdade não pode ser estabelecido desde o início, sendo, porém, possibilitada a realização de atividades externas;
- (B) liberdade assistida pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida;
- (C) internação do menor pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, considerando a gravidade do ato infracional praticado;
- (D) prestação de serviço remunerado, de modo a levantar recursos suficientes para o ressarcimento do dano, como forma de compensação do prejuízo causado à vítima;
- (E) a mais adequada à capacidade do infrator de cumpri-la, a qual independe da prova da autoria e materialidade.

61

A responsabilidade pela plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e adolescentes previstos nas leis e na Constituição Federal é:

- (A) primária e solidária da União, estado e município;
- (B) exclusivamente do Estado membro da federação;
- (C) primária do município e subsidiária do estado;
- (D) primária e solidária do estado e da União, respondendo o município subsidiariamente;
- (E) primária e solidária do estado e do município, respondendo a União subsidiariamente.

62

Quanto à interposição de recurso no âmbito da Lei nº 8.069/1990, é correto afirmar que:

- (A) são distribuídos mediante preparo;
- (B) o prazo para a interposição, inclusive nos embargos de declaração, tanto para o Ministério Público quanto para a defesa, será sempre de 10 dias;
- (C) a apresentação do parecer recursal pelo representante do Ministério Público deverá ocorrer sempre antes da sessão de julgamento;
- (D) os recursos dispensarão revisor;
- (E) a apelação contra a sentença que destituir ambos ou qualquer dos genitores do poder familiar deverá ser recebida tanto no efeito devolutivo quanto no efeito suspensivo.

63

Caio, com 12 anos de idade, começou a apresentar mau comportamento na escola, envolvendo-se em diversas confusões, as quais redundaram em inúmeras reclamações aos pais. Na semana passada, Caio foi suspenso das aulas porque furtou a carteira da professora. Sendo informados do ocorrido, seus pais, Paulo e Catarina, aplicaram-lhe uma surra severa, ocasionando a fratura de seu braço esquerdo. Alertados pelos gritos, os vizinhos chamaram o Conselho Tutelar, que lá compareceu e constatou o castigo físico cruel aplicado ao menor pelos pais. Considerando as medidas legais previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, o conselheiro deve tomar a seguinte providência:

- (A) encaminhamento do agressor a programa oficial ou comunitário de proteção à família e advertência;
- (B) encaminhamento do agressor a cursos ou programas de orientação e aplicação de multa, se houver reincidência;
- (C) perda imediata do poder familiar, se a agressão for grave, e encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- (D) advertência e obrigação de encaminhar a criança imediatamente a abrigo oficial, proibindo provisoriamente a visitação pelos pais;
- (E) lavrar termo de agressão e impor multa, graduada conforme a gravidade da agressão.

Legislação Institucional

64

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/94, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, é função institucional da Defensoria Pública, dentre outras:

- (A) exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais (vedado o patrocínio de pessoas jurídicas), em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias;
- (B) promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos;
- (C) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em processos judiciais (vedada a atuação em processos administrativos), perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias;
- (D) prestar orientação jurídica e promover a defesa dos direitos individuais e coletivos da pessoa jurídica de direito público interno a que estiver vinculada, nos processos judiciais, em todos os graus, de forma integral e gratuita;
- (E) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição, na defesa dos direitos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.

65

O Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Rondônia dispõe que o serviço extraordinário tem caráter eventual e só será admitido em situações excepcionais e temporárias, sendo remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho. Nesse contexto, aponte as consequências das condutas dos seguintes servidores estaduais ocupantes de cargo efetivo:

Caso 1: Alberto atestou falsamente a prestação de serviço extraordinário.

Caso 2: João se recusou, sem justo motivo, à prestação de serviço extraordinário.

- (A) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de suspensão;
- (B) Alberto será punido com pena de suspensão e João com pena de repreensão;
- (C) Alberto será punido com pena de demissão e João com pena de exoneração;
- (D) ambos serão punidos com pena de repreensão e, no caso de reincidência, com a suspensão;
- (E) ambos serão punidos com pena de suspensão e, no caso de reincidência, com a demissão.

66

Consoante dispõe a Constituição do Estado de Rondônia, é exemplo de garantia dos membros da Defensoria Pública a:

- (A) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior da Defensoria Pública, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;
- (B) vitaliciedade, que será adquirida após dois anos de exercício, somente podendo ocorrer a perda do cargo mediante sentença judicial transitada em julgado, assegurada ampla defesa;
- (C) promoção voluntária de categoria para categoria, sempre por antiguidade, por meio de lista tríplice no terço mais antigo da carreira elaborada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública;
- (D) estabilidade, após dois anos de exercício, não podendo ser os Defensores Públicos demitidos do cargo senão por sentença judicial em processo em que lhes seja assegurada ampla defesa;
- (E) possibilidade de exercício de advocacia privada (exceto contra os interesses do ente federativo a que estiverem vinculados) e de participação em sociedade empresarial, na condição de sócio administrador.

67

A Lei Ordinária Federal nº 1.060/50 dispõe que a assistência judiciária aos necessitados:

- (A) engloba as taxas judiciárias, os selos, os emolumentos e custas devidos aos Juizes e serventuários da justiça, excluídos os devidos a órgãos do Ministério Público;
- (B) compreende as despesas com a realização do exame de código genético – DNA que for requisitado pela autoridade judiciária nas ações de investigação de paternidade ou maternidade;
- (C) abrange os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, ajuizamento de ação e demais atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa, excluídos os honorários dos peritos;
- (D) inclui os honorários advocatícios e as custas processuais, excluídas as despesas com as publicações indispensáveis no jornal encarregado da divulgação dos atos oficiais;
- (E) abarca os honorários advocatícios, as custas processuais, as taxas e selos judiciários e, quando o beneficiário da assistência for vencedor na causa, metade de tais valores será paga pelo vencido.

68

É prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado prevista na Lei Complementar Federal nº 80/94:

- (A) não ser preso, inclusive na hipótese de flagrante delito, senão por ordem judicial escrita e devidamente fundamentada, no bojo de processo judicial em que lhes tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- (B) comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, exceto quando estes se acharem presos e incomunicáveis, tendo livre ingresso em estabelecimentos policiais e prisionais, independentemente de prévio agendamento;
- (C) receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;
- (D) representar a parte assistida, em feito administrativo ou judicial, necessariamente mediante instrumento de mandato outorgando-lhes poderes específicos para tal, independentemente de a lei exigir poderes especiais para o caso;
- (E) ser investigado pela prática de crime comum exclusivamente pelo Defensor Público-Geral e, quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de crime por Defensor Público, a autoridade policial encaminhará a investigação imediatamente ao chefe institucional.

69

Ao dispor sobre normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, a Lei Complementar Federal nº 80/94 estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Defensoria Pública do Estado, quanto à legalidade, legitimidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo:

- (A) Poder Executivo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas;
- (B) Tribunal de Contas, mediante controle externo feito pelo Poder Judiciário, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (C) Tribunal de Contas, mediante controle interno, e pelo sistema de controle interno do Poder Judiciário;
- (D) Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno estabelecido em lei;
- (E) Poder Judiciário, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno do Tribunal de Contas.

70

Consoante dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 68/1992), é dever do servidor:

- (A) conceder diárias com o objetivo de remunerar outros serviços ou encargos, bem como recebê-las pela mesma razão ou fundamento;
- (B) aliciar, de acordo com sua liberdade de manifestação, subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical;
- (C) promover manifestações de apreço ou desapeço no recinto da repartição, de acordo com sua liberdade de opinião;
- (D) manter conduta compatível com a moralidade e a improbidade administrativas;
- (E) atender prontamente às requisições para defesa da Fazenda Pública e à expedição de certidões.

71

Em matéria criminal, consoante dispõe a Lei Complementar Estadual de Rondônia nº 117/94, compete aos Defensores Públicos:

- (A) defender, nos processos criminais, os réus que não tenham defensor constituído, inclusive os revéis, independentemente da declaração de hipossuficiência econômica;
- (B) exercer a defesa, nos processos criminais, dos réus com hipossuficiência econômica, exceto os policiais militares junto à Auditoria Militar;
- (C) defender, nos processos criminais, todos os réus com hipossuficiência econômica, e exercer o controle externo da atividade policial;
- (D) requerer a transferência de presos para local adequado e propor ação penal pública condicionada à representação, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada;
- (E) atuar junto aos estabelecimentos policiais e penitenciários, e propor ação penal pública incondicionada, nos casos em que a parte for juridicamente necessitada.

72

Edson, Defensor Público Estadual de Rondônia, foi condenado em processo criminal transitado em julgado, a seis anos de reclusão pela prática de peculato. Considerando que se trata de crime contra a administração pública, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 117/94, tal fato:

- (A) não constitui causa para sua demissão, nem que haja processo próprio para tal, pela independência das instâncias civil, penal e administrativa;
- (B) não constitui causa para sua demissão, para evitar o *bis in idem*, ou seja, para impedir que o réu seja punido mais de uma vez pelos mesmos fatos;
- (C) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve juntamente com a ação penal, na forma da lei;
- (D) constitui causa para sua demissão, cuja pretensão punitiva disciplinar prescreve no prazo de 03 (três) anos, na forma da lei;
- (E) constitui causa para sua suspensão durante o período de cumprimento da pena, sem direito à remuneração, na forma da lei.

73

O Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado é órgão normativo, consultivo e deliberativo, incumbido de superintender a atuação da Defensoria Pública, bem como zelar pela observância dos princípios institucionais do órgão. Nesse contexto, de acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 117/94), compete ao Conselho Superior da Defensoria Pública:

- (A) organizar e realizar concursos públicos, elaborar listas de antiguidade, aprovar o funcionamento de estágio probatório, aprovar ou impugnar procedimentos relativos ao estágio probatório e homologar resultados dos concursos de ingresso;
- (B) promover os registros estatísticos da produção dos membros da Defensoria Pública e de pastas de assentamentos e prontuários referentes a cada um, para os devidos fins, inclusive para efeito de aferição de merecimento;
- (C) estabelecer o horário de funcionamento, a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores da Defensoria Pública e autorizar os afastamentos dos membros da Defensoria Pública do Estado;
- (D) designar membro da Defensoria Pública do Estado para exercício de suas atribuições em órgão de atuação diverso de sua lotação ou, em caráter excepcional, perante Juízos, Tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;
- (E) elaborar, anualmente, a lista de antiguidade dos membros da Defensoria Pública, fazendo-a publicar no Diário Oficial e encaminhar ao Poder Executivo os expedientes, atos e estudos do interesse da Defensoria Pública.

74

Marcela, servidora pública civil estável estadual de Rondônia ocupante de cargo efetivo, pretende obter licença por motivo de doença em pessoa da família para dar assistência a seu irmão, acometido de grave enfermidade. Com base no regime jurídico que disciplina a matéria previsto na Lei Complementar Estadual nº 68/1992, é correto afirmar que a licença pretendida por Marcela será concedida:

- (A) sem remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até doze meses, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (B) sem remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada por até cento e oitenta dias, mediante parecer da Junta Médica, incidindo necessariamente sobre a jornada integral de trabalho da servidora;
- (C) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada sem remuneração pelo período máximo de até trinta e seis meses, mediante parecer da Junta Médica;
- (D) sem prejuízo da remuneração, até noventa dias, podendo ser prorrogada por até noventa dias, mediante parecer da Junta Médica e, excedendo estes prazos, sem remuneração, até o máximo de vinte e quatro meses;
- (E) sem prejuízo da remuneração, até trinta dias, podendo ser prorrogada sem remuneração por até seis meses, mediante parecer da Junta Médica, e a servidora tem prazo de quinze dias após a cessação da causa da doença para se apresentar ao serviço.

Geografia e História de Rondônia

75

“Rondônia passou (...) a representar novamente uma fronteira de expansão da produção de soja, e os atores econômicos devem dar o devido destaque para esse espaço juntamente com o Estado do Mato Grosso.”

(EGLER, Claudio. A Pré-Amazônia Mato-Grossense no Contexto Nacional e Sul Americano. In: Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-Grossense: Impactos Socioambientais. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EdUFMT, p. 15-34, 2007)

A expansão da produção de soja no Estado de Rondônia ocorreu, principalmente:

- (A) na porção norte do território, em razão da presença da hidrovia do Madeira;
- (B) na porção oeste do território, pela facilidade de escoamento da produção pela Bolívia;
- (C) na porção central do território, onde houve fixação de muitos migrantes nordestinos;
- (D) na porção sudeste do estado, em razão da política territorial dos Eixos Nacionais de Integração;
- (E) na porção sul do estado, pela proximidade com a capital, que polarizou o poder político do estado.

76

“A permanência do Presidente da República em Porto Velho serviu para assentar as bases da criação de um Território Federal nas áreas dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim...”

(PINTO, Emanuel Pontes. *Território Federal do Guaporé*. Viaman, 2003)

A criação do Território do Guaporé foi motivada pela:

- (A) política industrializante voltada à região amazônica;
- (B) pressão política das oligarquias rurais de Porto Velho;
- (C) possibilidade de aumento da produção de borracha;
- (D) necessidade de proteção das fronteiras brasileiras;
- (E) descentralização do poder político nacional.

77

A respeito da geodiversidade do relevo do Estado de Rondônia, considere as seguintes afirmativas:

I - No Estado de Rondônia, destacam-se os principais padrões geomorfológicos: planícies de inundação, baixadas fluviolacustres e terraços fluviais das várzeas dos rios Madeira-Mamoré-Guaporé; superfícies aplainadas sobre o embasamento pré-cambriano; planaltos e serras decorrentes de dobramentos modernos.

II - As maiores elevações encontram-se nas Serras dos Pacaás Novos e Parecis, atingindo altitudes superiores a 1000 metros acima do nível do mar.

III - Na faixa sudoeste do estado, na fronteira com a Bolívia, ocorre uma vasta bacia sedimentar quaternária que se espalha pelo território boliviano, denominada Depressão do Guaporé.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

78

“Há sinais desse movimento desde a época do descobrimento, mas foi no governo de Getúlio Vargas (1930/1945) que a colonização da floresta passou a ser vista como estratégica para os interesses nacionais. Era a época da Marcha para o Oeste.

(...) Durante a ditadura militar, a política para a Amazônia ficou conhecida pelo lema ‘Integrar para não Entregar’.”

(Peixoto, Fabrícia. *Linha do tempo: Entenda como ocorreu a ocupação da Amazônia*. Disponível em www.bbc.co.uk)

A ocupação da Amazônia ganhou fôlego no século XX, como mostra o trecho da reportagem acima. Sobre as consequências dessa ocupação, pode-se destacar:

- (A) o desenvolvimento econômico baseado nos princípios da sustentabilidade, que garantiu a preservação da floresta;
- (B) a demarcação das terras dos grupos indígenas que viviam na região, evitando conflitos por terras;
- (C) a forte deterioração do bioma da região norte, como consequência da exploração desenfreada da região;
- (D) a adoção de um padrão de transportes ferroviário, distinto do restante do país;
- (E) a abertura das fronteiras à penetração de países vizinhos que exploravam a região.

79

Em 2012, foi comemorado o centenário de inauguração da ferrovia Madeira-Mamoré. Tal construção, vista como difícil e complexa, com tentativas fracassadas no século XIX, custou a vida de inúmeros operários, e, durante o período da ditadura militar no país, acabou desativada, no governo do presidente Castelo Branco, em 1966. A justificativa para tal medida foi:

- (A) a preservação ambiental local através do fim das atividades econômicas na região;
- (B) o incremento do transporte fluvial, aproveitando o potencial dos rios da região;
- (C) o redirecionamento dos investimentos para o transporte aéreo com a construção de vários aeroportos;
- (D) o incentivo ao transporte rodoviário com a construção de estradas na região;
- (E) o afastamento do capital estrangeiro da estrutura de transporte da região norte.

80

A região Norte, em especial o Vale do Madeira, teve a sua economia baseada no extrativismo e, como decorrência da sua formação social, o trabalho indígena, escravo ou não, foi largamente utilizado. No entanto, no início do século XX, ocorreu uma alteração nesse quadro relativo à mão de obra, com a não utilização de indígenas.

O fator que justificou tal alteração foi:

- (A) o fim da escravidão no Brasil no final do século XIX, atraindo a mão de obra imigrante para a região;
- (B) a política oficial dos governos republicanos de forçar a migração do sul para o norte do país;
- (C) a seca prolongada no nordeste, que forçou a migração deste contingente populacional para a região norte;
- (D) a decadência do café do Vale do Paraíba levando a população camponesa dessa área para o norte do país;
- (E) os investimentos do capital japonês na borracha da região norte, trazendo a mão de obra oriental para o Brasil.

Redação

Uma vez mais a discussão sobre justiça/injustiça da pena de morte volta à tona em razão de ela ter sido aplicada, na Indonésia, a dois brasileiros condenados por tráfico de drogas. As posições dos brasileiros sobre o fuzilamento variam bastante, havendo opiniões numerosas de apoio ao governo da Indonésia e outras de condenação pelo “barbarismo” do processo.

Nesse caso particular, qual a sua opinião sobre esse tipo de pena?

Apresente sua posição, defendendo-a com argumentos convincentes, em um texto, com número mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas.

Realização

 **FGV PROJETOS**